

**SOLLO****Negociações Salariais 2017****O Sinttel-ES convoca os/as trabalhadores/as na Sollo****ASSEMBLEIA para avaliar proposta da empresa para o Acordo Coletivo 2017****A Sollo oferece a partir de 01/01/2017****Piso salarial:**

R\$ 959,22.

Reajuste salarial:

Reposição de 6,58% nos salários para os cargos de MONITOR DE ATENDIMENTO, MONITOR DE TELEMARKETING, OPERADOR DE ATENDIMENTO, OPERADOR DE TELEMARKETING, PORTEIRO, SUPERVISOR DE ATENDIMENTO, SUPERVISOR DE TELEMARKETING, SUPERVISOR DE VENDAS EXTERNO e VENDEDOR EXTERNO.

Para os demais cargos considerados administrativos a empresa não oferece reajuste. Porém, propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, mantendo o salário praticado em dezembro de 2016.

Auxílio-alimentação:

Jornada de 36 horas = R\$ R\$ 9,81

Jornada de 40/44 horas= R\$ 26,65

Jornada diária de 7:12 horas= R\$ 14,39.

Auxílio Creche e filhos com necessidades especiais:

Seria de R\$ 319,74. Reajuste de 6,58%

O Sinttel chama os trabalhadores e trabalhadoras do call center Sollo para participarem da assembleia que decidirá sobre a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2017.

A assembleia será realizada no **dia 25 de janeiro de 2017, em duas seções, sendo a primeira às 14:00 e a segunda às 15:00 horas.**

A proposta da empresa prevê reajuste dos salários e benefícios.

Dia 25/01 às 14h e às 15 horas

Na Av. Jair Etienne
Dessaune, 193 – Bento
Ferreira – Vitória
na sala de treinamento

Pra que serve Acordo Coletivo?

Os acordos e convenções coletivas de trabalho são instrumentos legais que garantem reajustes salariais, benefícios e estabelecem direitos e deveres dos patrões com os empregados. Sem esses acordos, acredite!, a exploração seria muito maior. É só olhar para uma categoria que não tem um sindicato forte.

Todo ano, nas datas base (quando vencem os acordos e convenções), o Sinttel discute com os trabalhadores as pautas com as reivindicações que devem ser levadas para a negociação com os empresários.

Só o sindicato pode representar os trabalhadores para negociar os acordos. Depois faz reuniões com as empresas e defende os reajustes salariais, as melhorias e necessidades dos empregados.

Todo ano a luta recomeça

O papel dos Sindicatos nas renovações dos Acordos Coletivos são importantes. Se não fosse a presença e atuação dos sindicatos, os/as trabalhadores/as não teriam auxílio-creche, auxílio-alimentação, plano de saúde e a jornada de 36 horas como se tem hoje. É o Acordo Coletivo quem estabelece essas garantias. Se a empresa descumprir, gera multa e você deve denunciar quando ela desrespeita as regras.



O Sinttel-ES é o seu porto seguro

Quando disserem para você que o Sindicato não vale nada, desconfie!!! Nenhuma empresa gosta de ter o Sindicato por perto e empregados conscientes e engajados. As empresas só respeitam o Sindicato quando este tem trabalhadores sindicalizados. Isso mostra a força e união dos trabalhadores.

Um jeito rápido de você conhecer o sindicato é entrar na página do Sinttel na internet.

Acesse www.sinttel-es.org.br.

Navegando você fica sabendo das notícias, dos acordos negociados, dos processos jurídicos em andamento, dos convênios que dão descontos para os associados e muito mais.

Para atender aos associados/as, o Sinttel conta com uma sede no centro de Vitória que acompanha os processos jurídicos, faz as homologações, cuida para que as denúncias e as reclamações dos trabalhadores sejam encaminhadas e resolvidas.

O Sinttel é filiado à CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e à Fenattel, a federação nacional que reúne outros 21 Sintteis em todo o Brasil. É preciso estar antenado às mudanças e unido para enfrentar os problemas da categoria. Faça uma visita!



CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.

Tel.: (27) 3223.4844

Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória – ES

www.sinttel-es.org.br

sinttel@sinttel-es.org.br

Responsabilidade Editorial

A diretoria

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666

Jornalista: Tânia Trento

(MTE-ES 341/86)



23/01/2017 - Instituto Telecom

Nossa Opinião - Não à criação da TeleAlcaçuz

Em sua coluna do dia 21 de janeiro, no jornal O Globo, o jornalista Elio Gaspari denuncia: "enquanto facções do andar de baixo brigam nos presídios, as do andar de cima desentendem-se em torno da carniça da Oi, a maior operadora de telefones fixos do país, quebrada, com um espeto de R\$ 65,4 milhões... Levando no gogó, o ministro Gilberto Kassab poderá criar a TeleAlcaçuz".

É estarrecedor como a imagem de uma empresa, que poderia ter sido a grande operadora nacional de telecomunicações do país, vem sendo desgastada há anos por administrações, no mínimo, incompetentes. A saída para estancar essa sangria, temos afirmado repetidas vezes, é a intervenção na Oi, mecanismo previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Mas, é evidente que a Anatel, autarquia que poderia decretar a intervenção, não fará isso. Ao contrário, em seus planos está facilitar a vida da administração da Oi doando R\$ 100 bilhões em bens reversíveis, o que inclui, também, a Claro e a Vivo; extinguindo as concessões e renovando, eternamente, o espectro.

A contrapartida desse pacote de bondades com as operadoras, segundo o representante da Anatel, Juarez Quadros será a "apresentação de garantias financeiras (como carta fiança e outras) em valor equivalente aos projetos de investimentos assumidos, que possam ser resgatadas de forma a garantir que os projetos de investimento sejam realizados como definido pelo órgão regulador".

Essa modelagem só favorece as três irmãs, principalmente a Oi. Como imaginar

que uma empresa em recuperação judicial terá condições de apresentar qualquer garantia financeira? Com certeza a Oi venderá boa parte dos ativos para pagar suas dívidas, em vez de efetuar investimentos. Não priorizará a implantação da infraestrutura de rede de comunicação de dados em áreas sem atratividade econômica, aprofundando, ainda mais, a exclusão digital existente.

É um modelo que favorece o mercado, dilapidando o patrimônio público e passando por cima de todos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência que, conforme a Constituição Federal devem ser a base da administração pública direta e indireta. É fato que esses senhores não têm nenhuma legitimidade para discutir qualquer novo modelo no setor.

Num cenário de grave risco ao erário público, cobramos, também, publicamente, a resposta da Procuradoria Geral da República sobre a representação impetrada pela Proteste que propõe a instauração de Inquérito Civil Público, a fim de que sejam apurados possíveis atos ilegais decorrentes desse processo.

Na semana passada, junto com o Clube de Engenharia e o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, divulgamos carta pública dirigida ao presidente da Anatel. Até agora, apenas um silêncio ensurdecedor. Sem legitimidade alguma, está claro que Anatel e Oi não podem assinar qualquer documento que envolva recursos públicos. A TeleAlcaçuz não pode ser criada.

Instituto Telecom, Terça-feira, 24 de janeiro de 2017

23/01/2017 - Instituto Telecom

AGU não tem interesse em negociar dívida com Oi no RJ

O juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial estipulou o prazo de até 25 de fevereiro para que a comissão de mediação apresentasse uma proposta de R\$ 20 bilhões. Até agora, a única posição da AGU é a mesma- só aceita o parcelamento em sete anos.

A um mês para que vença o prazo estipulado pelo juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para que AGU, Anatel e Oi fechem uma proposta sobre a bilionária dívida da concessionária para com a União, não houve até hoje uma proposta concreta, por parte dos representantes da União, informam fontes do governo.

Em 24 de novembro, na primeira reunião de conciliação da dívida de R\$ 20 bilhões da Oi com os representantes da União, o magistrado Fernando Viana decidiu dividir as discussões em duas: um grupo iria se encarregar das dívidas "constituídas", ou aquelas que já estão na Dívida Ativa, e por isso sob o controle direto da AGU, e outras "não constituídas", ainda na esfera administrativa da Anatel.

Mas nada andou. Conforme fontes do governo, a AGU não abre mão de cobrar integralmente o que, no seu entender, seriam recursos devidos à União, e não passíveis de qualquer outra negociação. "No máximo, a Advocacia aceita apenas parcelar os R\$ 6 bilhões que estão sob sua alçada em 84 prestações mensais, ininterruptas e com as devidas correções", assinala a fonte.

Essa posição, para muitos do mercado e do governo, inviabiliza qualquer proposta firme de credores e mesmo de novos acionistas para assumir a Oi. Isso porque, avaliações já feitas até por bancos oficiais – e grandes credores, como o Banco do Brasil – indicam que qualquer proposta de renegociação de dívida, que tire a Oi da difícil situação a que se encontra, teria que levar em consideração um prazo de 15 a 20 anos para sua quitação, se não houver qualquer deságio. "Sete anos para pagar uma dívida desse tamanho, para uma empresa em recuperação judicial, é muito pouco", avalia esse interlocutor. Só para se ter uma ideia do montante que se está falando, a Oi tem hoje em caixa pouco mais de R\$ 6 bilhões, depois de alguns

meses sem pagar um tostão aos credores.

A Advocacia, por sua vez, insiste que todos os créditos – sob sua jurisdição e os da Anatel – não podem ser passíveis de recuperação judicial. Afirma a AGU: "A Advocacia-Geral tem reforçado junto à Anatel que os créditos que a agência possui contra a Oi, especificamente quanto aos definitivamente constituídos e aos inscritos em dívida ativa, estariam limitados à possibilidade de parcelamento apenas. Desta forma, competiria à empresa solicitar autorização para a medida, nos termos do artigo 37-B da Lei nº 10.522/2002, o que dispensaria um processo ou procedimento de mediação."

A proposta da Oi, ainda não conhecida em sua integralidade, prevê a troca dessa dívida por investimentos e mesmo subsídio direto aos consumidores. Em evento em Brasília, no ano passado, o CEO da empresa Marco Schoereder

Ação

A disputa sobre esses créditos chegou a parar no STJ – Superior Tribunal de Justiça. A Oi conseguiu que parte das execuções judiciais de sua dívida fosse repassada para a 7ª Vara. Mas a AGU reforça que foi feito um embargo de declaração questionando se o juiz Fernando Viana não teria extrapolado de sua competência. Mas a Corte Superior ainda não se manifestou sobre esse questionamento.

Os números

Nem toda a dívida estimada em R\$ 20 bilhões está sob a Recuperação Judicial ou em litígio. Além dos cerca de R\$ 6 bilhões sob a batuta da AGU, a Anatel estima que a Oi tem dívidas de R\$ 11 bilhões em multas não pagas, que poderiam ser transformadas em investimentos em banda larga, além da correção dos problemas que provocaram essas multas, conforme os Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) criados pela agência reguladora.

Os demais créditos – cerca de R\$ 4 bilhões – são dívidas fiscais, que a Oi, AGU e Anatel sabem que não são mesmo passíveis de ser incluídas nas regras da RJ. E serão pagas – ou não – conforme as decisões proferidas pela Justiça.

Miriam Aquino, Telesintese, 23 de janeiro de 2017



24/01/2017 - Rede Brasil Atual

Retirada de direitos por Temer aumenta o desemprego, diz Rafael Marques

Banco suíço aponta desemprego ampliado em 21,2%. Metalúrgicas do ABC perderam cerca de 20 mil empregos com a crise. Sindicato reclama de medidas que retiram direitos e não colaboram para a retomada

Desde o início da atual crise econômica, em 2015, o setor metalúrgico da região do ABC paulista já perdeu 20 mil empregos. Para 2017, a perspectiva de criação de novos postos de trabalho é nula, ou muito pequena. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, o fechamento de postos de trabalho é resultado das medidas econômicas adotadas pelo governo Temer.

Estudo comparativo do banco Credit Suisse divulgado ontem (23) aponta que o Brasil está entre os recordistas globais do chamado desemprego ampliado, que considera os trabalhadores que fazem bico por falta de opção, os que trabalham menos do que poderiam e os que desistiram de procurar trabalho. Segundo esse cálculo, o desemprego, no Brasil, já atinge 21,2% população, aproximadamente 23 milhões de brasileiros.

O governo Temer alega que as propostas das reformas trabalhista e previdenciária, que estão sendo discutidas no Congresso Nacional, vão ajudar na criação de empregos, mas para os metalúrgicos do ABC, essas reformas, na verdade, vão sobrepor os trabalhadores, porque reduzem direitos e dificultam a aposentadoria.

"Não é tirando direitos que vai se fazer a economia virar, não é empobrecendo o trabalhador. Na verdade, os trabalhadores, assegurando seus direitos, vão fazer com que, durante a recuperação econômica, isso dê resultados, como no consumo", afirma Marques, em entrevista ao repórter Jô Miyagui, para o Seu Jornal, da TVT. Ele lamenta a falta de medidas efetivas para o crescimento, como, por exemplo, estímulo

à produção de conteúdo local e à renovação de frota de veículos.

Para Airton Santos, técnico do Dieese, o capitalista só investe se houver boas perspectivas de retorno, o que não é o caso da economia brasileira, que deve ficar estagnada em 2017. "Não interessa (ao capitalista) se se diminui o custo do trabalho, flexibiliza ou precariza o mercado de trabalho, se retira direitos, ou não. Isso não importa. O que importa, de fato, é se existe perspectiva de crescimento econômico, de que o produto que a empresa vai fabricar vai ser vendido."

O economista diz ainda que, em períodos de crise econômica, quando governo e empresas não investem, a situação dos trabalhadores fica muito vulnerável, causando o crescimento do chamado desemprego ampliado:

"O trabalhador acaba se sujeitando a se reinserir no mercado de trabalho em profissões diferentes da dele, coisa que ele nunca fez na vida e ele não tem nenhuma familiaridade com aquilo, mas tem que trabalhar para defender alguma renda. Ele se submete a não estar mais na especialidade dele, e também se submete a um salário muito menor."

Como única medida do governo Temer destinada à proteção ao emprego, Rafael Marques destaca o Programa Seguro-Emprego (PSE), o antigo Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado no governo Dilma, mas agora, com modificações que favorecem as empresas, que, segundo Marques, serão combatidas pelos trabalhadores.

24 de janeiro de 2017 - Vermelho

Vanessa apela aos parlamentares para barrar o Golpe das Teles

O Golpe das Teles, pelo qual o governo golpista de Michel Temer pretendia entregar R\$ 100 bilhões de bens públicos a empresas privadas é o tema da coluna semanal da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na Folha de São Paulo, desta terça-feira (24). Ela destaca que "conseguimos barrar, temporariamente, uma sórdida manobra de Temer contra o patrimônio público e a nossa soberania. Espero que o sentimento patriótico dos parlamentares fale mais alto e esse absurdo seja barrado!"

A parlamentar afirma que o "assunto é grave!", ao afirmar que "tentaram considerar aprovado um projeto estratégico como esse sem passar pelo plenário do Senado" e que "graças ao recurso que apresentamos à Mesa do Senado e ao mandado de segurança que impetramos ao STF (Supremo Tribunal Federal), voltaremos a analisar a matéria em fevereiro."

O projeto favorece principalmente a empresa de telefonia móvel Oi, que pediu recuperação judicial em 20 de junho de 2016 após acumular dívida de R\$ 65,4 bilhões. Dias depois a imprensa divulgou o plano de Temer para salvar a empresa, "cujo conteúdo é uma

afronta aos interesses públicos e nacionais, e se baseia em dois pilares: mudar o marco regulatório da telefonia fixa; e perdoar 70% da dívida da Oi, cujos maiores credores são BB, Caixa, BNDES e Anatel", conta a senadora.

E acrescenta que "a mudança permite transformar as concessões em autorizações e doar, às empresas, os prédios e equipamentos públicos atualmente usados por elas."

Licenciosidade e ataque

A senadora também avalia a fala do ministro de Ciência e Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab, que, em artigo no mesmo jornal, no domingo (22), defende a necessidade de atualizar a Lei Geral das Telecomunicações, mas não explica o porquê da doação desse bilionário patrimônio às empresas privadas.

"Tamanha licenciosidade encorajou o bilionário egípcio Naguib Sawiris (pretenso comprador da Oi) a atacar nossa soberania e nossa gente. Em entrevista à Folha ele defendeu a proposta de mudanças na regulamentação do setor e declarou: 'não consigo entender como uma empresa que só vale US\$ 650

milhões (na Bolsa) pode prestar serviços de qualidade com obrigações como conectar lugares na selva onde não tem ninguém".

Vanessa enfatiza que "devemos repelir e repudiar tal declaração, que expressa desprezo e desrespeito a nossa realidade de profunda desigualdade social e regional, e às pessoas humildes que vivem no interior da vasta e rica Amazônia."

E explica que "o valor da empresa foi depreciado após anos de má gestão privada, o que desmoraliza a tese de que a gestão privada é eficiente e ética. Os fatos demonstram o contrário."

Ao concluir sua denúncia sobre o Golpe das Teles, a senadora afirma que "a ação do governo e a declaração do empresário mostram que vivemos tempos de retrocesso e de inversão de valores. Para eles o serviço de telecomunicações é somente um negócio lucrativo. Para mim é um serviço estratégico, essencial e imprescindível ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar das pessoas, que vivem nos grandes centros urbanos ou nos longínquos pontos da Amazônia."

23/01/2017 - Telesíntese

Bens Reversíveis: ainda a polêmica dos números

Em carta enviada à redação, a advogada Flavia Lefevre, conselheira da Proteste, entidade de defesa dos consumidores, contesta a reportagem "A disputa (política) pelos valores dos bens reversíveis: R\$ 20 bilhões ou R\$ 100 bilhões". Afirmar ser impropriedade a conclusão de que a oposição teria se baseado em dados do valor de compra dos bens à época da privatização do Sistema Telebras ao falar em valores de R\$ 100 bilhões.

Segundo a Proteste, a afirmação é baseada em um relatório do TCU, de 2013. Trata-se do relatório de auditoria sobre a atuação da Anatel no que se refere à regulamentação e ao controle, acompanhamento e fiscalização dos bens reversíveis vinculados ao STFC. De nº 024.646/2014-8, ele acompanha o voto do ministro relator Benjamim Zymler, aprovado em julho de 2016.

Acontece que os dados nos quais se apoia o TCU se referem ao valor de compra dos bens reversíveis pelas concessionárias (parte no momento da privatização, e o restante à substituição e reposição de equipamentos e insumos). É o valor de aquisição sem depreciação nem amortização. Tanto que o valor apurado em 2011 (veja Tabela 1) é de R\$ 108,3 bilhões, o mesmo informado pela Anatel como o valor dos

bens à época da venda do Sistema Telebras atualizado. Da mesma forma, o valor depreciado (valor dos bens naquele ano, segundo esta metodologia) era de R\$ 17,3 bilhões. E não poderia ser diferente, pois a fonte primária dos dados é a mesma. O que confirma a avaliação feita pelo Tele.Síntese. A crítica só procede pois em uma das frases "valor dos bens à época da privatização" faltou a palavra atualizado.

Sobre o valor de aquisição dos bens, diz o relatório da Anatel divulgado em 2012, no mesmo dia em que tornou pública a RBR de 2011: "De acordo com esse relatório, o valor de aquisição dos bens de todas as prestadoras anteriores a julho de 1998 somam R\$ 25,9 bilhões. Entre 1998 até 2005, prazo de validade do primeiro contrato, o valor chega a R\$ 30,9 bilhões e, até 2011, esse valor sobe para R\$ 51,4 bilhões." Esses valores somam os R\$ 108,3 bilhões.

Diz o texto do relatório, na página 7: "Na Tabela 1, mostra-se o valor total de custo de aquisição dos referidos bens que foram declarados pelas concessionárias de STFC (grifo nosso). Ressalve-se que foram identificadas inconsistências nessas RBR (Relação de Bens Reversíveis) e nos procedimentos de controle e acompanhamento dos bens sob comento, o que indica que esses valores podem não estar corretos".

Leia mais em: <http://www.telesintese.com.br/bens-reversiveis-ainda-polemica-dos-numeros/>

24/01/2017 - Rede Brasil Atual

Política de juros altos continua travando a economia do Brasil

Mesmo com corte de 0,75 ponto percentual da Selic, taxa básica e juros bancários praticados no Brasil continuam os mais altos do mundo, comprometendo o consumo das famílias e os investimentos

São Paulo – Para o economista e professor da PUC-SP Ladislau Dowbor, o mais recente corte de juros, definido na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que reduziu a taxa básica (Selic) de 13,75% para 13%, ainda é insuficiente, pois o Brasil ainda sustenta as mais altas taxas de juros do mundo. Segundo ele, os juros altos drenam recursos da economia real, transferindo parte expressiva da produção de riquezas para o sistema financeiro, que nada produz.

"É uma coisa surrealista. Aqui, hoje, é 13%.

No tempo de Fernando Henrique Cardoso, estava na faixa de 20% a 30%. Esse recurso transfere dinheiro dos nossos impostos diretamente para os bancos", afirma o professor, em entrevista à repórter Vanessa Nakasato, para o Seu Jornal, da TVT.

Segundo dados do BC, só em 2016, a taxa Selic elevada transferiu para o sistema financeiro um total de R\$ 600 bilhões, soma que representa 11% do PIB. Dowbor explica que, além de consumir recursos de impostos que poderiam ser investidos em políticas públicas, a taxa Selic também estimula a alta dos juros bancários, e isso prejudica ainda mais a retomada da atividade econômica.



"Os crediários, juros bancários para pessoa física, o rotativo do cartão de crédito, cheque especial, todos tiveram aumentos de 10%, 20%, 30%, com esse novo governo dos banqueiros." Para Dowbor, as elevadas taxas travam os três motores da economia: consumo das famílias, investimento das empresas e do governo.

"Os políticos estão utilizando hoje o governo como fonte para apropriação, segundo interesses de diversos grupos corporativos, em particular do sistema financeiro. Eles não estão interessados em políticas públicas", denuncia o professor

Ele afirma ainda que as 11 famílias que controlam a mídia tradicional brasileira contribuem diretamente para a concentração de poder do sistema financeiro e a manutenção de privilégios da elite do país.

"Você tem também o controle da mídia, porque os principais financiadores da publicidade são justamente os grandes bancos. É só olhar. Grande parte do poder político, no Brasil, não é de produtores. É essencialmente de gente que vive do esforço dos outros. A mais-valia financeira é, ao mesmo tempo, politicamente muito poderosa, mas é extremamente vulnerável, porque não produz nada."

Assista ao vídeo: <https://youtu.be/fRMdv9wLwSk>